

Sarney prefere mandato de cinco anos

Memélia Moreira

A duração do mandato do presidente Sarney ficará sob responsabilidade única dos constituintes. Ele não pretende fazer qualquer sugestão ou manifestação ao PMDB e também descarta a possibilidade de se candidatar para um novo período, caso seja aprovada a tese de mandato de quatro anos, com direito a reeleição. Sua preferência é permanecer por um período de cinco anos. Essa foi uma das confidências feitas pelo presidente da República na última quarta-feira, em conversa com amigos no Palácio da Alvorada.

Nesse mesmo dia, o governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, manifestou seu desejo de ter Sarney como adversário nas próximas eleições. Rindo do desafio lançado pelo governador fluminense, o presidente não respondeu diretamente. Ele contou a história de um jornalista maranhense que militava no jornal «Pacotilha-Globo», e que, desafiado por um concorrente, respondeu: «Mas logo comigo. Escolheu um mau adversário. Eu não gosto de briga e não sei brigar». Essa foi a resposta dada pelo presidente da República. De forma indireta,

como é de seu estilo. Da mesma forma indireta com a qual deixa seus principais colaboradores a vontade para decidir.

Na conversa, o presidente fez uma rápida análise de seu governo. Ele admite que houve «erros e acertos» nas medidas econômicas mas se orgulha de um fato: o país descobriu que há uma saída para seus problemas e, apesar de anunciarem diariamente uma catástrofe, nós estamos vivendo um pouco melhor». Esse orgulho do presidente se baseia em um fato: ele tem consciência de que o Plano Cruzado divulgado há 11 meses modificou os hábitos do país. «A mobilização popular foi o fato mais importante que aconteceu. Houve melhoria na qualidade de vida e as pessoas que conquistaram esse direito nunca mais vão aceitar ficar fora do processo. Não vão aceitar diminuir o bem-estar conquistado. Esse foi o fato mais importante do plano e, mesmo que não tenha sido criado para isso, esse foi um bom saldo. E ninguém pode dizer que a inflação não baixou».

Tempo

Seu desejo, depois de deixar o governo, é escrever o roteiro sentimental de São Luís, olhando o mar da praia do Calhau, em

sua biblioteca. Enquanto não chega o dia, o presidente, com um cálice de vinho do Porto na mão, conta que descobriu o tempo. «O tempo é fundamental», comentou o presidente, dizendo que essa descoberta foi feita durante seu encontro com o economista norte-americano John Kenneth Galbraith. E por ter descoberto o tempo, Sarney deu adeus aos pacotes. Não haverá, pelo menos em seu governo, pacotes. O presidente considera essa fórmula, uma «maneira antipática» de se comunicar com a sociedade. «O tempo é que vai dizer o melhor momento de tomar essa ou aquela medida e não de uma vez. Não funciona».

E Sarney fez também suas queixas. O «burocratismo» de alguns setores do governo, as pressões contra seus ministros, principalmente os da área econômica, que ele respeita e diz: «São do PMDB. Passaram 20 anos aí, vendo os erros. O Dilson (Funaro, ministro da Fazenda), chegou à falência por perseguição do Delfim Neto. São homens sérios, que estão buscando acertar. E todo esse ano, nós chegamos à conclusão de que os problemas podem ser solucionados, aos poucos, mas estamos encontrando esses caminhos».

PC do B irá lutar contra Cruzado II

O presidente do Partido Comunista do Brasil, PC do B, João Amazonas, disse ontem, durante o encerramento do II encontro do partido, em Brasília, depois da legalização, que inicialmente eles deram um apoio crítico ao Governo, depois passaram para uma vigilância crítica e que, agora, farão oposição, principalmente à política econômica, adotada pelo Governo depois do Cruzado II.

Para João Amazonas, é fundamental que o Governo cumpra as promessas feitas quanto à reforma agrária e à política social e salarial, proposta pela nova República. Ele destacou que o povo luta pelas mudanças prometidas e que o partido apoia essa luta.

O encontro começou no dia 28 e terminou ontem, com a participação de toda direção do PC do B e de todos os diretórios regionais, além de centenas de filiados de todo o País, que gritavam o slogan: «Queremos reforma agrária em todos os pontos do País e a suspensão da dívida externa».

No final do encontro foi divulgado um documento com as principais propostas do partido.

Trabalhador debaterá sua participação

A participação do trabalhador na Constituinte será amplamente debatida na próxima segunda-feira, no auditório da Reitoria da Universidade de Brasília, pelos presidentes das confederações nacionais de trabalhadores, representantes da CUT e CGT, sindicatos e associações de profissionais liberais. O encontro faz parte do projeto «Brasil Constituinte», desenvolvido pela Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL) com o objetivo de colher subsídios para influir no capítulo sindical da Assembleia Nacional Constituinte.

Os presidentes de confederações, representantes da CUT, CGT e demais sindicalistas fazem parte do chamado «Conselho Constituinte», que tem como missão mobilizar os trabalhadores na discussão dos vários problemas que atingem a classe. Além do debate programado para segunda-feira, serão feitas na reunião avaliações do regimento interno do órgão e dos encontros regionais que vêm sendo realizados desde o início de dezembro e outros segmentos para o recolhimento de sugestões que serão levadas posteriormente à Assembleia Constituinte.

Durante a reunião, o reitor da UnB, Cristóvão Buarque, irá tomar posse no conselho e falar sobre o papel da Constituinte. Além disso, os sindicalistas irão organizar as comissões de trabalho e mobilização.

Arraes terá colaboração das mulheres

Recife — O governador eleito de Pernambuco, Miguel Arraes, resolveu responder, na justa medida, ao empenho dos movimentos feministas de Pernambuco pela sua vitória: decidiu entregar as mulheres duas das mais importantes secretarias do seu governo — Planejamento e Educação. A TV Tropical cuja emissora estatal, também será confiada a uma mulher, o mesmo devendo acontecer com o principal órgão de computação oficial do estado, o Centro de Prestação de Serviços Técnicos de Pernambuco (Cetepe).

As mulheres tiveram uma participação decisiva na nossa campanha, mas elas não integraram o governo apenas por serem mulheres, mas por atenderem aos critérios estabelecidos para todos que compoem a equipe que comandará a grande tarefa de reconstruir nosso estado: competência e representatividade política — justificou o governador.

Arraes decidiu entregar a Secretaria de Planejamento à economista Tânia Bacelar, que vinha ocupando a Superintendência de Planejamento da Sudene por indicação do PMDB. A Secretaria de Educação ficará com a coordenadora do mestrado em sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, Silke Weber, ex-presidente da Associação dos Professores da Universidade e liderou quase todos os movimentos pela melhoria das condições de ensino e salário. A jornalista Helena Beltrão ficará encarregada de dirigir a TV Tropical, uma emissora estatal que gera programas para 130 dos 167 municípios

PDS sugere regimento que inclua seus parlamentares



A proposta de Regimento Interno, que será apresentada à Assembleia Nacional Constituinte pelo PDS, pretende garantir a participação de todos os seus 38 parlamentares na elaboração da nova Constituição. Essa posição ficou definida, ontem, durante uma nova reunião da bancada do partido com os membros de sua executiva.

Os líderes no Senado e na Câmara, Jarbas Passarinho e Amaral Netto, ficaram encarregados de manter negociações com as lideranças da Aliança Democrática sobre o regimento Interno. Para isso, haverá uma nova reunião hoje, em que os parlamentares escolherão entre duas propostas. Uma foi apresentada pelo deputado Antônio Carlos Konder Reis (PDS/SC), a outra é de autoria do senador Jarbas Passarinho (PDS/PA), presidente e líder do partido no Senado. Ambos sugerem a divisão dos trabalhos

em subcomissões, divididas segundo capítulos ou temas, com cerca de 20 a 25 membros cada uma. Para Passarinho, a decretação do recesso do Congresso significaria o fechamento de um fórum importante. Já Konder Reis propõe a criação de três comissões que ficariam encarregadas da legislação ordinária.

O senador Roberto Campos (PDS/MT), definiu a Assembleia Nacional Constituinte — a ser instalada amanhã — como «um artifício para a mudança de quórum necessário para as alterações constitucionais. Segundo ele, a dificuldade para reformar a Constituição, com a obrigatoriedade da presença de 2/3 de parlamentares, foi resolvida com a convocação da Constituinte, que precisará de maioria absoluta para tomar as suas deliberações.

Segundo ele, a decisão de convocar uma Constituinte foi tomada por Tancredo Neves depois de ter sido pressionado «para realizar radicais mudanças, por uma maioria ocasional contaminada pelo furor emocional ideológico».

Pedessista quer comissões para elaborar nova Carta

O deputado Konder Reis (PDS-SC) apresentou ontem a seu partido, anteprojeto de disposição constitucional única em que propõe a criação de onze comissões, integradas de quarenta e três integrantes, uma de cinquenta e três, e de redação para elaborar o anteprojeto de Constituição.

Konder, que foi relator da Carta Magna de 1967 era, inicialmente, como o senador Jarbas Passarinho, favorável à instituição de uma grande comissão. Desistiu, porém, dela, em virtude das reações suscitadas pela ideia entre deputados e senadores.

As comissões elaborarão o anteprojeto sobre os seguintes matérias: declaração de direitos, da nacionalidade, direitos políticos e partidos políticos, declaração de direitos, direitos e garantias individuais e salvaguardas, organização nacional, disposições preliminares da união, organização nacional dos estados e municípios, sistema tributário, poder legislativo, poder executivo, poder judiciário, ordem econômica e social, família, educação, cultura e meio ambiente, disposições gerais e transitórias.

Segundo o parlamentar catarinense «a

legislação ordinária será discutida e votada pelo Senado e pela Câmara, em sessões conjuntas que terão lugar no plenário da Câmara dos Deputados, depois de passar por três comissões: de assuntos jurídicos-políticos, assuntos sociais e assuntos econômico-financeiros, compostos por 11 senadores e onze deputados. Obedecido, tanto quanto possível, o princípio de proporcionalidade.

Se for promulgada a disposição constitucional, de Konder, o presidente da Assembleia Nacional Constituinte nomeará, a seguir, comissão especial, composta por vinte membros, para elaborar projeto de regimento interno, no prazo de dez dias. A matéria será discutida e votada no prazo de 15 dias, respeitadas as normas da referida disposição constitucional. A Constituição será promulgada, no dia 15 de novembro de 1987, e será mantida até lá, a Constituição de 17 de outubro de 1969 e confirmada a duração dos mandatos eletivos em curso a níveis federal, estadual e municipal, estabelecida na Constituição em vigor o que, em última análise, poderia confirmar o mandato de seis anos para o presidente José Sarney.

Partidos pretendem separar trabalhos entre comissões

Em vez de uma grande comissão ou comissão geral, incumbida de elaborar o projeto da futura Constituição e examinar e dar parecer sobre as emendas do plenário, é possível que sejam criadas várias comissões, todas de igual nível, e cada uma incumbida de um capítulo ou de um assunto da futura lei maior.

Essa ideia, que começou a ser defendida por alguns dos pequenos partidos, está ganhando cada vez maior força também dentro da bancada do PMDB, porque propiciaria a todos os constituintes, ao menos em tese, o mesmo grau de participação. Todos teriam um lugar assegurado numa ou noutra comissão. Já na grande comissão, haveria lugar apenas para 80 ou 100 parlamentares.

«Não podemos admitir essa distinção

entre os constituintes — disse o deputado José Costa (PMDB-AL). Não podemos ter constituintes de primeira e de segunda classe».

Preocupação

A preocupação de muitos parlamentares, hoje, é de que, não sendo escolhidos para integrar a comissão geral, acabam sendo marginalizados nas decisões mais importantes e fiquem desprestigiados junto aos seus eleitores.

O deputado Domingos Leonelli (PMDB-BA) já disse que na reunião de hoje do seu partido vai de fender a ideia da criação de várias comissões, pode haver uma comissão geral, mas apenas de redação. A ela caberia redigir o projeto da futura Constituição, mas com base nas deliberações das outras comissões.

Para Simon, as mudanças ainda virão

Porto Alegre — «Não há dúvida nenhuma que vivemos a hora mais importante deste país. Tivemos outras constituintes mas nenhuma teve o impacto e as consequências que esta haverá de ter. Eu sou um otimista, acredito que o povo escolheu bem e que os constituintes vão elaborar um novo pacto social que signifique as mudanças que o povo espera». A manifestação foi feita ontem, pelo governador eleito do Rio Grande do Sul, Pedro Simon.

Para Simon, tais mudanças colocarão no passado «não apenas a transição dos 20 anos do regime de arbítrio para a estabilidade democrática, mas trarão um regime em que tenhamos estabilidade permanente, e não instantes de democracia entrecortados de longos períodos de ditadura».

Disse confiar e «ter certeza de que os constituintes haverão de compreender a necessidade da mudança do modelo econômico e social para um mais justo e mais fraterno».

Constituinte pode mudar a política de medicamentos

Com a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, amanhã, a Ceme — Central de Medicamentos —, pretende abrir um debate, através de sugestões, sobre a necessidade de uma política de medicamentos e de uma legislação específica para o cumprimento de medidas que venham a melhorar as condições da assistência farmacêutica.

A Ceme também quer sugerir a autonomia brasileira no que diz respeito à disponibilidade dos medicamentos essenciais, através de incentivos à nacionalização do setor. Este objetivo já vem sendo buscado através de convênios assinados com empresas nacionais e institutos de pesquisa, visando o desenvolvimento de novas tecnologias farmacêuticas.

Se houver essa definição política proposta pela Ceme, de acordo com sua presidente, Marta Nóbrega Martinez, haverá em 5 anos uma total modificação no sistema de saúde brasileiro, com um crescimento do mercado governamental de medicamentos, acompanhado do crescimento das empresas nacionais do setor farmacêutico.

As duas propostas básicas da Ceme à Constituinte dizem respeito à universalização da assistência farmacêutica e à nacionalização de medicamentos, o que foi, inclusive, objeto de preocupação do escritório de representação comercial norte-americano no Brasil, que, entre outras coisas, no final do ano passado, queria saber detalhes do programa de nacionalização de medicamentos da Ceme.

Quanto a isso, a presidente da Ceme afirma: «Nós não podemos abdicar, de forma alguma, das cooperações internacionais». Ela garante que o programa de nacionalização não exclui a participação de «todo o desenvolvimento externo», apenas vai colocar o Brasil numa posição diferente da que se situa agora: o domínio da produção de matérias-primas e de medicamentos entra no mercado de inovações tecnológicas.

Marta Martinez esclarece que o programa de nacionalização está sendo feito em duas frentes: a fabricação das matérias-primas e a produção de 385 medicamentos essenciais para o tratamento de 85 das doenças no país. O objetivo é atingir uma autonomia, já que 80% da indústria de medica-

Congressista decide sobre funcionamento

O governo não pretende exercer qualquer influência sobre como deverá ser o funcionamento da Câmara e do Senado durante o período de reunião da Assembleia Nacional Constituinte, por entender que essa definição deve caber aos próprios congressistas, que escolherão a melhor maneira de tratar da legislação ordinária e dos projetos e decretos do poder Executivo pelo menos até setembro, quando a nova Constituição deverá ser promulgada.

Essa disposição do presidente José Sarney foi transmitida pelo Procurador-Geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence. Pessoalmente, Sepúlveda considerou um caminho à aplicação de um dispositivo constitucional — que ele considera que está hibernado mesmo antes da Constituição de 1967 — que é a delegação de poderes, pelo Congresso, ao presidente da República para poder legislar no período de impedimento do Congresso (durante os recessos parlamentares) ou num período

excepcional, como o da Assembleia Nacional Constituinte, quando o Congresso, mesmo funcionando, não terá a mesma intensidade de trabalho dos períodos comuns.

Outro caminho apontado por Sepúlveda Pertence, mas menos simples de ser aplicado por implicar numa reforma constitucional: se hoje o decreto-lei torna-se aprovado automaticamente se não for votado num determinado período pelo Congresso, segundo o Procurador-Geral da República, o decreto-lei passaria a ser rejeitado no caso de não ser devidamente votado. Dessa forma, caberia ao governo acionar suas bancadas para votá-los. Ele também sugeriu uma redução no prazo de tramitação.

Sepúlveda Pertence lembrou também que a crise dos plenários — fenômeno que, segundo ele, não é brasileiro, mas universal — torna difícil a apreciação de matérias sem «sex-appeal» político.

mentos no Brasil são dominados pelo capital externo.

A presidente da Ceme preconiza a melhor divisão de mercado entre as empresas nacionais e estrangeiras, através da participação das empresas nacionais no mercado governamental de medicamentos, que representava 35% do mercado total em 86. Isto evitará que medicamentos como a Tetraciclina, Penicilina e Ampicilina deixem de ser fabricados por decisões externas, que não levam em conta os programas internos de saúde no Brasil.

A desativação de várias unidades produtivas de matérias-primas farmacêuticas, a incapacidade de muitas outras de acompanhar o aumento da demanda governamental, e ainda a aquisição de medicamentos por instituições conveniadas do Inamps, são fatos que vão acarretar um acréscimo de 98,7% nas importações de matérias-primas em 1987 em relação a 86.

Deve-se considerar ainda que, em 1987, a parcela do mercado governamental, ligada aos medicamentos da Rename (Relação Nacional de Medicamentos), apresenta uma perspectiva de crescimento de 48%, graças ao aumento das dotações do Inamps e da Ceme, no âmbito do programa de prioridades sociais do governo. Isso significa que o acesso ao medicamento será estendido, adicionalmente, a 10,6 milhões de brasileiros, e que, em 87, o faturamento global da indústria farmacêutica crescerá, no mínimo, em 120 milhões de dólares. Isto considerando-se apenas o crescimento da parcela do mercado governamental.

Marta Martinez enfatiza que na forma como as empresas estrangeiras estão estruturadas no Brasil elas não dependem do mercado governamental, e sim do setor privado. A relação de medicamentos que a Ceme tem comprado delas ocupa apenas 20% das aquisições governamentais. Além disso, dentro da área de produção de matérias-primas existe uma relação de mais de 900, do total de 385, que não estão sendo fabricadas, e que constituem a fatia de mercado a ser ocupada pela indústria nacional.

Um investimento de 4 milhões de dólares e a participação de 85 pesquisadores, possibilitarão, até o final do ano, uma economia de 50 milhões de

dólares na importação de matérias-primas farmacêuticas pelo Brasil, que é hoje o sexto maior consumidor mundial de produtos farmacêuticos, gastando anualmente 2 bilhões de dólares, informou o engenheiro José Carlos Campana Gerez, diretor de pesquisas e desenvolvimento da Codetec, empresa de economia mista criada pela Universidade de Campinas.

Hoje as importações brasileiras de insumos básicos são da ordem de 50 milhões de dólares e essa economia será possível em função do desenvolvimento de tecnologia nacional na área de química fina que vem sendo realizada pela Codetec, sob a coordenação da Ceme — Central de Medicamentos, do Ministério da Saúde e participação dos Ministérios da Indústria e do Comércio e Ciência e Tecnologia.

Segundo o engenheiro José Carlos Campana Gerez, esse projeto representa a primeira e mais significativa experiência de pesquisa e implementação de tecnologia para a química farmacêutica, desenvolvendo processos para 20 empresas nacionais, das quais algumas já estão produzindo insumos em escala comercial.

Para Gerez, o principal efeito desse programa é a capacitação nacional na área de produção de matérias-primas reduzindo nossas importações e dependência das empresas multinacionais, minimizando a evasão de divisas e contribuindo para balança comercial brasileira. Além disso, com o fomento da produção brasileira de medicamentos, os programas sociais de saúde para atendimento e acesso da população carente serão enormemente beneficiados.

De acordo com informações do engenheiro Gerez, matérias-primas como o acetato de guanabenz, um anti-hipertensivo, o bromoprid, componente utilizado em medicamentos contra náuseas e a talidomida, utilizada no tratamento da lepra, entre outros, já estão sendo produzidos em escala industrial. Outros como o L-dopas, um antiparkinsoniano, o citrato férrico, um anti-anêmico e a acetazolamida, um diurético, estão em vias de ser industrializados. Para Gerez, esse projeto transborda suas finalidades específicas, emprestando sua experiência ao desenvolvimento de tecnologia nacional a outros setores.